

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE ABRIL DE 2002**  
(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 013/2002

Curitiba, 11 de abril de 2002

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$482.763,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 13.386, de 21 de dezembro de 2001, visando criar a obra 001 - realizar obras para o Sistema Penitenciário Estadual.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Penitenciário - Fupen, em 2001.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.386, de 21 de dezembro de 2001, no valor de R\$482.763,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais), conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Penitenciário - Fupen, em 2001.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica criada a Obra 001 - realizar obras para o Sistema Penitenciário Estadual, conforme anexo III desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO					FL. 01 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC COP
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA						
3963	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN						
2255	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PENITENCIÁRIO	4490.51	50	95	L	482.763	0360
TOTAL						482.763	

ACRÉSCIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO II ANEXO				FL.02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	N. DO PROC	
	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
3963	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN					
1990.05.50	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50	95	482.763	0360	
TOTAL				482.763		

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO III ANEXO				FL. 02 R\$1,00
COD	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCES
3900	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
3963	FUNDO PENITENCIÁRIO - FUPEN					
2255	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PENITENCIÁRIO					
950	ESTADO					
0001	REALIZAR OBRAS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL	50	95	L	482.763	0360
TOTAL		O.F		L	482.763	

## MENSAGEM Nº 014/2002

Curitiba, 15.04.2002

Senhor Presidente:

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2003.

Com a publicação da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como “Lei de Responsabilidade Fiscal”, ficaram os Estados obrigados, na forma do seu artigo 1º, parágrafo 2º, ao cumprimento de novas normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina maior integração entre os instrumentos básicos de gestão do governo (o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual), exigindo

publicação de relatórios bimestrais (sobre a execução orçamentária) e quadrimestrais (sobre a gestão fiscal), além da divulgação anual das contas de execução física e financeira.

O anteprojeto de lei compõe-se de nove capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VII - as disposições relativas á destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VIII - disposições transitórias;

IX - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2003, são decorrentes da programação estabelecida no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999.

O anteprojeto da LDO apresenta o Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, projetados para os exercícios de 2003, 2004 e 2005.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 59/02, dos senhores presidente do Tribunal de Alçada e presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que propõe ajustes na Tabela 3, Anexo III do Quadro de Servidores do Tribunal de Justiça e ajustes na Tabela 1, Anexo II do Quadro de Servidores do Tribunal de Alçada do Paraná, incorporando o percentual de 53,06% nos termos da sentença proferida na Ação Declaratória, Autos nº 10.878, da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 391/2002, da senhora Maria Tereza Uille Gomes- procuradora-geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei visando a concessão de Gratificação Especial por Assiduidade aos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 193/2002, oriundo da

Mensagem Governamental 010/2002, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo de contratar operação financeira não reembolsável (doação), no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), oriundo do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à família Portes de Lima, de Diamante do Sul, (localidade Alto Piquiri) pelo falecimento precoce da jovem Joanita Portes de Lima, ocorrido no último dia 14 de abril do ano em curso, naquele município.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte é inaceitável em qualquer circunstância, principalmente se estiver envolvida uma pessoa de apenas vinte e dois anos de vida, como foi o caso da jovem Joanita Portes Lima, filha de Marlene e João Merores Portes, residentes na área rural do município de Diamante do Sul.

Toda a comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Era uma menina bem relacionada, e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida. Simpática e humilde, cativava as pessoas com grande facilidade.

Eu, pessoalmente tinha grande admiração pela jovem, visto que quase todos os domingos quando ia aos rodeios crioulos, lá estava ela juntamente com seu pai e seus irmãos, pilchada, com estilo e característica rebolando o laço, dando armadas bonitas, se constituindo numa das prendas mais destacadas no laço de toda a região. Com certeza ficou um grande vazio. Tudo será diferente, para o município, o CTG, os amigos e principalmente para seus familiares. O grande gaúcho Merores

Portes, tinha verdadeiro orgulho de sua filha, pois como ele, ela cultivou a tradição.

Enfim, a moça tinha um futuro brilhante. Resta-nos a consolação de Deus que também precisa dos seus filhos no reino dos Céus.

Através deste parlamentar, amigo da falecida e de toda a sua família, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Portes Lima e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar, à família Romancini (sito à BR-277 - km 470 - trevo secundário) pelo falecimento precoce do jovem Francisco Aurélio Romancini, do município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Verdadeiramente não dá para compreender um passamento tão prematuro. Toda a vida pela frente. É como se fosse um botão de rosas a desabrochar. De repente não mais que de repente, os sonhos, o sorriso, as metas, a alegria, os projetos, enfim tudo tiveram um fim, com a morte do jovem Francisco Aurélio Romancini, filho de Marli e Nilton Romancini. Toda a população de Laranjeiras do Sul, ficou consternada. Custou a acreditar na notícia. Um menino cheio de vida, concluindo o curso de Veterinária na Universidade Federal do Paraná no Campus de Palotina, alegre, amigo. Definitivamente não poderia ser verdade.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um de seus filhos aqui na Terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do “Chico”, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora mais do que nunca as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

#### REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, o envio de votos de pesar, pelo falecimento da jovem Poliana Cristina Inácio de Matos, ocorrido no dia 05 de abril p.p., na cidade de Londrina.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através da Sra. Maria Izabel Fernandes (mãe), no seguinte endereço: Rua Tapuias, 145 - Vila Gazone, CEP.: 86026-370 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, o envio de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Euzébio Ferreira da Costa, ocorrido no dia 01 de abril p.p., na cidade de Londrina.

O Sr. Euzébio nasceu em 06/06/24, na cidade de São Jerônimo da Serra-PR. Mais tarde, mudou-se para a cidade de Londrina, concentrando suas atividades na agricultura, onde veio a aposentar-se.

Faleceu aos 78 anos, na cidade de Londrina.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através do Sr. Antonio de Jesus da Costa (filho), no seguinte endereço: Rua do Sabiá, 126 - CEP.: 83401-030 - Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao tenente coronel Rogério Daud Kfoury - diretor de saúde da Polícia Militar do Paraná, alusivos ao apoio irrestrito prestado para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio, 731, CJ-5 - 1º andar - Centro. CEP.: 80510-030.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao tenente coronel Marco Pollo Rauth - diretor do Hospital da Polícia Militar do Paraná, alusivo ao apoio irrestrito prestado para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio, 731, CJ-5 - 1º andar - Centro. CEP.: 80510-030.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao tenente coronel Gilberto Foltran - comandante da Polícia Militar do Paraná, alusivos ao apoio irrestrito prestado para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio, 731, CJ-5 - 1º andar - Centro. CEP.: 80510-030.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à instrumentadora cirúrgica Carmem Cristina Foltran de Souza Barros - diretora de Comunicação Social do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos - alusivos à coordenação do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à homenageada através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio, 731, CJ-5 - 1º andar - Centro. CEP.: 80510-030.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao professor Dr. Alaércio Aparecido de Oliveira - presidente do Sindicato Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos - alusivos à Presidência do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser encaminhada à Rua 13 de Maio, 731, CJ-5 - 1º andar - Centro. CEP.: 80510-030.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, pelo transcurso do Dia do

Exército Brasileiro, no próximo dia 19 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

Nesta data comemoramos a passagem do aniversário do glorioso Exército Brasileiro. Nosso povo sente a necessidade dos valorosos soldados, que a toda hora, sem medir sacrifícios e esforços, estão prontos para toda e qualquer manobra para salvaguardar a soberania nacional.

A presença do Exército Brasileiro na vida do país, é tão significativa por abrigar em suas fileiras homens valoros cujo trabalho contribui para a manutenção da ordem pública e institucional, que atuam como verdadeiros guardiões de nossas fronteiras na condição de sentinelas diuturnos da segurança nacional.

#### REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de votos de congratulações ao senhor Oezir Marcelo Kantor, presidente do Conselho de Administração da Casa do Empreendedor de Londrina, que receberá a comenda O Pacificador do Exército Brasileiro.

Requer, outrossim, seja expedido diploma de honra ao mérito a ser entregue ao homenageado acima citado.

O ilustre paranaense já recebeu, em razão da colaboração com o Exército Brasileiro, as comendas Colaborador Emérito do Exército Brasileiro e Amigo do Exército.

O senhor Kantor, entre diversas atividades que desenvolve, sempre voltadas para a comunidade londrinenses e para a Nação brasileira, é membro do Conselho de Desenvolvimento Rural de Londrina, participando ativamente na organização da última feira agropecuária de Londrina.

A dedicação do senhor Kantor ao Exército Brasileiro vem desde longa data, quando se passou a disponibilizar terras de uma fazenda que possui nas proximidades de Cascavel para treinamento das tropas sediadas naquela região.

Trata-se de cidadão que orienta suas ações no sentido do bem comum e merece o reconhecimento desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa o envio de votos de congratulações ao senhor Francisco Luiz Prando Galli, presidente da Sociedade Rural do Paraná, extensivo aos demais membros da

diretoria, pela realização da 42ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Durante a realização dessa Exposição, Londrina se transforma na capital brasileira do agronegócio.

Criadores de todo o Brasil e exterior fazem da Exposição a mais completa em demonstração e comercialização de animais, com a apresentação de mais de 30 diferentes raças de bovinos equinos, ovinos, suínos, além de aves e cães.

O agronegócio representa 40% do Produto Interno Brasileiro (PIB), sendo que o Paraná é um dos baluartes do agronegócio no País. Isto significa que o setor da agropecuária não só está atingindo sua meta básica em fornecer alimento para as populações, como também gerando renda e trabalho.

A cidade de Londrina vem realizando essa exposição há vários anos, com o objetivo de demonstrar aos mais importantes setores do agronegócio as novidades e técnicas de produção, e tudo que existe de mais avançado na tecnologia animal, sendo que a cada ano, a feira se consolida com recorde de público. Neste ano, aproximadamente um milhão de pessoas visitaram a exposição.

Enaltecemos o trabalho da Sociedade Rural de Londrina, cuja dinâmica imprime ao evento destaque internacional, motivo pelo qual é fundamental promover o reconhecimento desta Casa Legislativa.

Requer, ainda, seja dado ciência através do endereço: Avenida Tiradentes, 6275 - Parque Governador Ney Braga, CEP 86072-360, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 224/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o corte dos serviços de água e energia elétrica nas sextas-feiras, naqueles casos em que a medida seja motivada por falta de pagamento, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa proibir o corte dos serviços de água e energia elétrica nas sextas-feiras, naqueles casos em que houver falta de pagamento.

Na maioria das vezes o usuário não cumpre seus compromissos de água e luz por falta de recursos financeiros e as empresas fornecedoras desses serviços, no caso Sanepar e Copel, muitas vezes procedem ao desliga-

mento nas sextas-feiras, o que causa enormes transtornos às famílias.

Observem os nobres pares que a Copel tem um prazo de até 24 horas para religação, nos casos em que não houver pedido de urgência, e o custo é de R\$3,01; e de até quatro horas quando houver pedido de urgência, com um custo de R\$15,12 para religação. Esses valores referem-se somente para ligação monofásica. Já o prazo de religação da Sanepar é de uma a 48 horas. Há que se considerar ainda que esses prazos referem-se a dias úteis, portanto, se uma família tem a energia elétrica cortada numa sexta-feira e não dispõe de R\$15,12 mais o valor da conta atrasada, terá sua religação feita, somente na segunda-feira, caso tenha recursos para pagar a conta atrasada e mais a taxa de religação, enquanto que sua água, se cortada, somente na terça-feira.

Por consideração este projeto de lei de alcance social, vimos solicitar aos ilustres parlamentares a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 225/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Aplica-se os efeitos da Lei 13.213 de 29 de junho de 2001, aos débitos fiscais decorrentes do imposto de transmissão de *causa-mortis*, cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior a 29 de junho de 1996.

Art. 2º - Os débitos fiscais mencionados no artigo anterior serão compensados com precatórios de qualquer natureza.

Art. 3º - Aplica-se nesta lei, os dispostos nos artigos 2º, 4º, 6º, e 8º da Lei 13.213/2001.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

### JUSTIFICATIVA:

Entre os mais variados impostos presentes no cotidiano dos paranaenses, encontramos o ITCM - Imposto de Transmissão *Causa-Mortis*, que de longa data vem penalizando as famílias (principalmente as de baixa renda) no momento em que necessitam realizar os seus inventários.

A quitação desse imposto através da compensação de precatórios, vem a ser uma mediada paliativa, no impacto financeiro causado à população por ocasião da transmissão de bens, por motivo de óbito de seus entes, salientando que a revisão de valores depende de ampla reforma tributária, que cabe segundo a Constituição, ser iniciada pelo Poder Executivo.

Em função dos motivos expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis o apoio à referida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 226/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, o imóvel constituído pelo lote de terreno, sob nº 06 (seis) da quadra nº 13 (treze) sob nº de ordem 15.185, registrado no Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição do município de São José dos Pinhais, situado na cidade de Guaratuba.

Parágrafo Único - O imóvel acima descrito servirá como sede da Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, não podendo ter destinação diversa, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, com comunicação prévia de 90 (noventa) dias, tendo esta cessão a duração de até 31 de julho de 2007, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.04.2002.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba vem prestando relevantes serviços à comunidade do litoral do Paraná e necessita, com urgência melhorar a sua sede, onde centenas de pessoas são atendidas, diariamente, pelos serviços médicos, odontológicos, assistenciais, advocatícios, etc.

A sede da Colônia está situada em imóvel pertencente ao Estado do Paraná e como podemos perceber pelas fotos anexadas ao projeto, a edificação que abriga a colônia está em péssima situação de conservação, justificando a solicitação da entidade pois com a cessão do imóvel a Colônia de Pescadores poderá realizar serviços para recuperar a sede e torná-la apta para receber a comunidade de Guaratuba e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PL, PSC, PSL, PPS, PDT, PT, PPB.

**(Todas Declinaram)**

Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu Horário.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o deputado Waldyr Pugliesi vai fazer uso da palavra em nome do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Todos viram como sou disciplinado. O meu líder do PMDB Nereu Moura, determinou que eu viesse à tribuna.

Então, caro líder Nereu Moura, quero dizer-lhe que as ações que praticamos no Paraná para impedirmos a venda da Copel, foram as mais acertadas porque, deputado Nereu Moura, tenho em mãos a publicação do lucro da Copel. A Copel, além de ter tido um lucro muito grande no ano de 2000, também no ano de 2001, teve um lucro extraordinário, deputado Zucchi.

Então, vejam bem: o que dá para fazer com um lucro tão grande da Copel, como esse que a empresa teve?

Dá para assinar praticamente, o triplo dos convênios que esse governo está assinando com a sua base para tentar reverter a situação eleitoral, que é totalmente favorável às Oposições.

E eu gostaria de dizer, deputado Colombo, que é um batalhador que está pretendendo bater o record de Marco Pólo, o navegador, e do Lerner, que é o maior viajante do século XX que nós conhecemos.

Senhor presidente, no dia 14 de agosto de 2001, o jornal Folha do Paraná" pediu para que a Situação, através da sua liderança, escrevesse um artigo, que seria publicado no jornal, alinhando as razões pelas quais não poderíamos deixar de vender a Copel. E assim fez o líder Durval Amaral, do Governo.

Da mesma maneira, o jornal procurou as Oposições, para que alinhássemos as razões das quais nós não concordávamos com a venda da Copel. Está aqui o artigo que publiquei, a pedido da própria direção do jornal.

Entre as razões que alinhei, uma delas é a seguinte: a Copel é lucrativa, e essa razão, teve contra-partida na prática: A Copel teve esse enorme, magnífico lucro. O que podemos fazer com isso? A constatação que a Bancada do Governo e o Governo que não conseguiram vender a Copel por causa da luta que o povo do Paraná, travou, que nós deputados aqui travamos, que a Bancada do Governo estava redondamente, enganada.

E nós estávamos certos. Além de estarmos certos na ocasião e agora, nós estávamos dando consequência à determinação que tínhamos recebido do povo, porque ele nos deu uma ordem: deputados, façam de tudo para que não se venda a Copel! Nós agimos dessa maneira.

Portanto, o líder do Governo, a sua bancada erraram rotundamente e nós estávamos correto quando fizemos essa campanha em todo o Paraná. Além de tudo isso, senhor presidente e senhores deputados, a Copel pode ser



um instrumento de desenvolvimento. O que nós queremos em um Governo de Oposição?

Que a Copel subsidie as atividades empresariais, principalmente nas áreas do Estado onde não vista desenvolvimento como nas outras áreas do Paraná. É isso que nós podemos fazer. E outra coisa, até para deixar registrado aqui, tem muitas pessoas neste país e aqui no Paraná que se arrepiam quando falamos em concessão de subsídios para o nosso desenvolvimento, deputado Praczyk, deputado Renato Gaúcho, para que possamos subir no conceito das nações com desenvolvimento, abatendo o desemprego e essas coisas todas.

Só para registrar: os Estados Unidos e mais alguns países europeus, só no ano passado, para os agricultores concederam um subsídio de 1 bilhão de dólares por dia para que eles possam vir aqui competir com os produtores brasileiros! Nós podemos fazer em outro sentido, essa incursão da Copel, para que possamos criar empregos, gerar impostos e nos desenvolvermos, deputado Nereu Moura, continuando a ter o controle da Copel em nossas mãos.

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

#### O Sr. Nereu Moura

Deputado Waldyr Pugliesi, a Copel, para fazermos assim uma analogia, poderíamos falar que fosse o Hugo Chávez da Venezuela. Um golpe de Estado derrubou o presidente Hugo Chávez e o povo venezuelano levantou-se e, por suas próprias mãos, colocou novamente o presidente onde ele não deveria ter saído, que era no Palácio do Governo.

Aliás, o governo Fernando Henrique Cardoso, com muito atraso, depois que o povo venezuelano já tinha dado a sua posição pela ordem democrática, pelo respeito às instituições, manifestou-se condenando o golpe militar ali ocorrido!

Ora! Sem querer entrar aqui em detalhes, se somos a favor ou contra o estilo de governo do presidente Chávez, o importante é que nós temos que ressaltar - é o princípio democrático e o que ocorreu na Venezuela foi um golpe de estado, com o qual nós não concordamos, nós que temos formação democrática.

Então, assim também o Jaime Lerner quis fazer com a Copel: quis por a mão na Copel e o povo do Paraná, como o da Venezuela, saiu às ruas, gritou bem alto, enfurecido, corajoso e fez com que o robusto governador não pudesse fazer o seu capricho de vender essa que é a única estatal, pela metade, que ainda está nas mãos do povo do Paraná.

Então V. Exa. faz aí uma retrospectiva do que é que aconteceu, do lucro extraordinária que a Copel tem rendido ao Paraná, da providências que a Copel pode ensinar a um novo governo, a um governo sério que a utilize como fomento, como instrumento de reestruturação da nossa economia, e assim será, deputado Pugliesi. Mas graças ao povo do Paraná, graças aos deputados corajosos que, sintetizando o clamor popular, o sentimento do

povo do Paraná, aqui bravamente lutaram para que a Copel não fosse doada de presente para pessoas que tivessem relação de amizade, de compadre, enfim, alguma relação extraconjugal com o atual governo.

Eu parabeno V. Exa. pelo brilhante discurso que faz.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou conceder-lhe mais dois minutos para a conclusão do seu pronunciamento

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, além de agradecer o aparte do deputado Nereu Moura, gostaria de falar também um pouquinho a respeito desse episódio da Venezuela.

Logicamente que esse assunto não deveria ser tratado no Pequeno Expediente, mas lá houve um golpe que é muito conhecido aqui na América Latina, certamente comandado pelas tropas de ocupação que os Estados Unidos têm em todos os lugares. Lá, a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, a direita, os latifundiários é que golpearam o governo Chaves, eminentemente popular.

Não adianta quererem colocar as coisas de outra maneira. Houve na Venezuela uma contra-revolução. Foi aquilo que aconteceu aqui no Brasil em 1964, porque a chamada Revolução de 1964, nada foi do que um golpe militar de extrema direita, portanto, uma contra-revolução, porque queriam impedir o acesso de milhões de brasileiros às questões de cidadania, de educação, essa coisa toda que todos nós sabemos. Então, houve um golpe lá e V. Exa. fez uma referência aqui ao governador Jaime Lerner. Ele hoje, politicamente me faz lembrar, sabe, aquele "levanta codorna". O governador Jaime Lerner, hoje, é um "levanta codorna" da candidatura Serra. O que é o "levanta codorna"?

Você que vem lá do Rio Grande do Sul, sabe que têm cães amestrados para levantar a codorna, e o outro fica com o espingardão. Atira. E o cachorrinho vai lá, pega, e traz para o dono.

Hoje o nosso governador está nas mãos desse governo que está aí, neoliberal, e não tem novidade nenhuma para ninguém nessa postura do governador. Ele foi cevado no regime militar, teve vários mandatos dados de graças. E quem está entranhando o comportamento do governador?

Eu só lamento que ele não tenha tido coragem para ir às ruas, depois do governo que ele fez, pedir votos para as esposas dos policiais militares, pedir votos para os lavradores, pedir votos para os professores, para aqueles que militam em todas as atividades, aqui, no Paraná! É lamentável, porque aí nós poderíamos ver concretamente o que aconteceria em relação a governadores que ficam como esse, há mais de 7 anos de costas para o povo.

Agora, ele acha que a honra de todo mundo está em um chequinho que vão levar. Talvez possa ser tirado

até o lucro da Copel que nós não deixamos que ele vendesse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL.

(**Declina**).

PSDB, com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

É com muita alegria, mais uma vez, que subo a esta tribuna sempre em defesa do pequeno agricultor, daquele que trabalha, daquele que vive lá no interior e sonha por um Brasil, por um Paraná e por um município melhor e hoje aqui enobrece este Parlamento, recebermos aqui o Elizeu Pedro Mendes, coordenador geral de uma associação de pequenos agricultores que corresponde hoje a quase 40 associações de produtores lá do município de Roncador. Junto com ele o Aparecido José da Silva que é o presidente da Alcar e da Acopas, juntamente com o Elizeu Ferreira Tomé, que é o presidente da Associação do Jararaca e também o Adriano Aparecido Fonseca, tesoureiro da Associação lá do Alto São João e também filho do vereador, amigo nosso, que é o José Luzia.

Portanto, nós que sempre nesta tribuna defendemos programas importantes, programas vitais e reais, concretos do governo do Paraná, hoje dizemos aqui que é com muita satisfação que recebemos esses pequenos produtores que são, sem sombra de dúvida, a razão da existência da cidade porque é lá no interior que ele mora com sua família, com seu filho, é lá no interior que ele gasta no supermercado, na farmácia, no açougue, na oficina, numa lanchonete, fazendo o desenvolvimento, contribuindo com o ICMS para um Paraná melhor, para um Brasil melhor.

E hoje, mais uma vez, senhor presidente Hermas Brandão, que foi responsável, como secretário da Agricultura, aqui hoje dizer aos presidentes das Associações de Roncador: o Hermas Brandão, como secretário da Agricultura, um dos melhores secretários da Agricultura que já passou por este Estado e do Brasil, porque não existe no Brasil um governo que tem projetos a fundo perdido igual ao governo do Paraná, e é por isso, senhor presidente, que como um deputado feijão-com-arroz, um deputado do pé vermelho, do interior do Estado do Paraná, ao saudar o nosso presidente Hermas Brandão por um programa relevante e de justiça social ao pequeno agricultor, quero aqui dizer o seguinte: outro dia anunciamos que para a nossa região, Alborghetti, já foram três milhões e meio de dinheiro a fundo perdido para o pequeno produtor, e anuncio aqui hoje mais dois milhões de recursos a fundo perdido do Programa Paraná Doze Meses aos pequenos agricultores. Só aqui, para dar um exemplo, e isto eu falo com muita alegria neste coração, porque desafio um governo do Brasil, de Estado, que tenha um programa de recurso a fundo perdido igual tem

no Paraná do governo Jaime Lerner, elaborado com o grande secretário e hoje presidente desta Casa, que é o Hermas Brandão.

Para os vileiros, outro projeto de alcance social extraordinário, as vilas rurais, exemplo para o mundo inteiro, exemplo para o Brasil, só para as vilas rurais agora, temos aqui o município de Altamira do Paraná, triturador, aviário comunitário, dez mil reais. Lá no município de Barbosa Ferraz, para a vila rural Joaquim Garcia Vilar, uma máquina de torrefação de café, trinta mil reais, temos em Campo Mourão, lá da vila rural Pedro Kloster Júnior, irrigação por gotejamento para horticultura, trinta e nove mil reais para que os pequenos produtores possam ter o seu terreno, aqueles cinco mil metros de terra irrigada para colher uma melhor produção. Já entregamos vinte e cinco mil reais outro dia em Engenheiro Beltrão e aqui novamente mais uma liberação, lá para o Distrito de Ivaílandia, mais trinta e sete mil reais; frango caipira no município de Farol, incentivo ao pequeno agricultor para que ali seja produzido o frango caipira.

Temos também nas cozinhas industriais: despoldadoras de frutas, para o município de Juranda; aves de corte, em Luziana; maracujá, em Nova Cantu; criação do frango caipira em Rancho Alegre do Oeste; em Ubatã, irrigação para horticultura e água para a criação de pequenos animais. Só dessa etapa são 200 mil. Mais de um milhão e 400 e poucos mil reais. Exemplos: Barbosa Ferraz, cinco kms de adequação de estradas; em Campo Mourão, mais cinco kms e 1/2 no município de Fênix, 9,4 kms; Juranda, mais 5 kms, em Luziana, onde meu irmão é prefeito, mais 6,8 kms; Moreira Salles, mais 7 kms; Nova Cantu, mais 9 kms; Peabiru, 4 kms; Rancho Alegre do Oeste, mais 3 kms; e temos em Ubatã, mais 2,9 kms de adequações de estradas.

Aqui estão os agricultores de Roncador. O agricultor quer o quê? Uma estrada cascalhada e adequada, para que ele possa retirar a sua safra agrícola. Esse é o governo estendendo a mão. É o reconhecimento daquele trabalho suado, que o nosso agricultor tem feito para este Paraná e para esse Brasil.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, não poderia de forma nenhuma deixar de mais uma vez, subir a esta tribuna, para falar de um programa tão importante como é o Paraná 12 Meses, um programa do governo Jaime Lerner, de justiça social e de fraternidade.

Concedo um aparte ao nobre deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado Nelson Tureck, o Programa Paraná 12 Meses é um bom programa. Tomara que tenhamos toda a contrapartida necessária, para atingir as metas desse programa, que em alguns anos ficou prejudicado.

V. Exa. falava do deputado Hermas Brandão, que foi secretário da Agricultura e gostaria que V. Exa. me ajudasse e aos agricultores de Roncador que aqui estão e do Paraná: nós constatamos no parlamento do Estado, 5

milhões de reais, para aquisição de calcário. Quando o deputado Hermas Brandão foi secretário da Agricultura, os agricultores do Paraná receberam calcário subsidiado, inclusive, fruto de uma lei que aprovamos aqui na Assembléia, mas independentemente da lei, o programa de distribuição de calcário para os agricultores do Paraná.

Vossa Excelência que tem uma ligação com o governo, nos ajude, no sentido de que o governo, nesse anos - até junho, julho, temos que assinar os convênios, que pudesse a Secretaria da Agricultura, a exemplo do que deputado Hermas Brandão fez esses dias, ao governador, pediu para que tivéssemos a liberação de calcário, para os agricultores do Paraná.

Acho que nenhum agricultor vai se abster de pegar recursos, para aquisição de calcário, porque este, nós sabemos é fundamental para a produtividade, é importante para o nosso agricultor e acho que viria se somar com esses recursos, que V. Exa. anuncia no microfone e, com certeza absoluta iria ajudar os agricultores.

Gostaria de pedir a V. Exa. que ajude também nesse sentido, porque quando o deputado Hermas Brandão foi secretário da Agricultura tivemos, sim, o cumprimento da Lei do Calcário e tivemos calcário para os agricultores de todo o Paraná. Oitenta e sete mil agricultores receberam calcário e espero que esse ano também eles possam receber.

Muito obrigado, pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

#### O SR. NELSON TURECK

Agradeço as palavras do deputado Zucchi, que é engenheiro agrônomo, que realmente entende que o calcário é benéfico para o aumento da produtividade, e dizer, Augustinho Zucchi, que essa quota que está indo para a região de Campo Mourão, de dois milhões, é a fase número um. Teremos a fase dois, onde temos reivindicações de calcário através de vereadores, através de negócios e associações de prefeitos, porque o calcário é muito importante, para que você tenha uma produtividade, corrigindo o solo.

Agradeço o seu aparte, pelo entendimento que V. Exa. tem na área da agricultura. Estaremos juntos hoje, em uma audiência às 18h00 com representantes de 40 associações de agricultores do município de Roncador e estamos lá hoje com o Deni Schwartz.

Portanto, senhor presidente era isso que nós tínhamos hoje para dizer mais uma vez de um programa tão importante para a nossa agricultura, o qual foi aprovado por esta Casa de Leis e hoje nós podemos ver o resultado e com isso veremos que a credibilidade do nosso agricultor, daquele que está lá no interior do Paraná com sua esposa, com seus filhos, as coisas realmente estão acontecendo, e para uma vida melhor, uma qualidade de vida, nós teremos com a fase nº 2, a fase nº 3, outros recursos novamente como reformas de moradias.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT. Deputado Irineu.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Elio Rusch, senhores deputados.

Quero inicialmente saudar a presença, em nossa tribuna de honra, do vereador Eduardo Cruz, Laranjeiras do Sul, acompanhado da liderança do Partido dos Trabalhadores, o Nelson, também ao Alessandro, seus amigos da cidade de Ibaiti, que fazem presença nesta tarde na Assembléia Legislativa.

Senhor presidente, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná sempre foi alvo de críticas deste deputado, de dúvidas, de ceticismo, mas hoje venho aqui como deputado de Oposição, dizer que duas notícias me trazem satisfação e são vindas do Tribunal de Contas.

Primeiro, recebi hoje um documento formal daquele tribunal informando que numa audiência pública quando eu era presidente da Comissão de Educação na Assembléia Legislativa, apresentamos documentos vindos das comunidades, dos municípios, dos conselhos do Fundef de cada município e apresentamos, arrolados com documentos comprobatórios e o tribunal de Contas está analisando, e até agora, senhor presidente, por incrível que pareça, todas elas estão fundamentadas. Comprovados os desvios, estão sendo encaminhadas para o Ministério Público para que sejam gestores municipais, os prefeitos incriminados na Justiça, quer dizer, chamado ao devido processo para responder criminalmente pelo desvio de recursos do Fundef.

A segunda informação é que trata de uma auditoria promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de seus componentes auditores, chegaram à conclusão, que o município de Nova Aurora, um município pequeno, tem desvio de recursos na ordem de 5 milhões, desde 1997! Valores astronômicos!

O Tribunal de Contas, através da auditoria, aponta como irregular o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental - Fundef, na ordem de 312 mil reais, que foram pagos shows, transporte de alunos do 2º grau, também foram pagos telefones da Prefeitura com o recurso do Fundef, e outros gastos irregulares, sendo que o Fundef é só para o ensino fundamental.

Também foram pagos mais de 172 mil reais para empresas fantasmas, notas fiscais frias, usado para o desvio de recursos da prefeitura Municipal.

O Tribunal de Contas também descobriu pagamento irregular de funcionários públicos, assim como já havia sido anunciado pela imprensa, pela televisão local; os funcionários tomavam emprestado o dinheiro do banco e o município se comprometia a pagar esses empréstimos causando prejuízos assombrosos aos cofres públicos, porque os servidores não queriam assumir o pagamento dos juros.

O Tribunal de Contas ainda aponta no seu relatório e isso é grave, senhores deputados. O Tribunal de Contas normalmente tem sido cauteloso nas suas investigações,

até excessivamente cauteloso, às vezes. Neste caso, deputado Neivo Beraldin, o Tribunal de Contas recomenda, pelo menos o auditor recomenda, intervenção no município, para parar com a sangria do dinheiro público.

Eu conheço bem o prefeito municipal, porque eu estive apoiando juntamente com o PT, no seu primeiro mandato, quando ele foi candidato único. Eu estive lá e apoiiei.

Nós indicamos, deputado Marcos Isfer, o secretário de Educação, o professor Luiz Ekstain (*sic*), hoje um dos diretores da Universidade de Cascavel.

O professor Luiz, determinado dia, me comunicou que estava saindo da prefeitura, porque ele não tinha acesso à contabilidade do Fundef.

O Conselho Municipal, que acompanha os gastos do Fundef, não tinha acompanhamento da contabilidade porque estavam contratando pessoas alheias ao serviço da educação, com o dinheiro do Fundef.

E ele, não conseguindo as contas, para não ser corresponsável, saiu da prefeitura e o PT rompeu com a administração e fizemos oposição na última eleição, e agora, comprovado que nós estávamos com a razão.

O prefeito municipal, eu o conheço bem, é dado a não ter cuidado com os procedimentos corretos e formais da administração pública.

Estou apresentando um requerimento, um, entre tantos que pede aqui imediata comunicação ao Ministério da Educação, para que tome as medidas cabíveis. Acione o Ministério Público Federal, já que é recurso federal, que acione os seus procuradores, que acione o Tribunal de Contas da União, se for o caso, para fazer um acompanhamento à auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Estado, para que imediatamente se estanque o que está acontecendo em Nova Aurora.

O escândalo de Nova Aurora, proporcionalmente é maior que o escândalo produzido em Londrina, pela administração Belinati.

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Eu entendo o discurso de V. Exa. e sei da extensão e da importância do Tribunal de Contas, da questão política e administrativa dos pequenos municípios do Paraná.

Considero os técnicos do Tribunal de Contas preparados, à altura para trabalhar no sentido de fornecer parecer favorável, contra, das contas dos municípios, visto que quem julga as contas efetivamente são as Câmaras Municipais.

Considero e tenho me manifestado repetidas vezes, que acho que os conselheiros fazem o papel político, que exatamente os deputados deveriam fazer.

Por que que eu digo isso?

V. Exa. falou no Fundef de um pequeno município do Paraná. V. Exa. pode acreditar que o Governo do Paraná não tem conta específica, para movimentar o dinheiro do Fundef?

Então, como é que V. Exa enche de elogio o Tribunal de Contas, quando ele é omissos no dinheiro maior/ Alguém pode me desmentir que os técnicos do Tribunal de Contas escreveram que o Governo do Estado na sua prestação de contas declarou estar devendo dinheiro para o Fundef?

Alguém poderá dizer que não é verdade que o Tribunal de Contas deu uma carta autorizatória à Sanepar para que ela contrate a empresa Mercado e Maison sem licitação pública em cima de um plano diretor de 93, 94 que não existe, e que o INSS está acionando a Sanepar diretamente porque essas empresas não recolheram os seus encargos?

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Deputado Neivo Beraldin, apenas retomando um pouco, quero esclarecer que não estou elogiando o Tribunal de Contas por esses fatos que V. Exa. está narrando.

Estou elogiando no aspecto que me toca, relativo ao Fundef, com esses dois municípios: Agudos do Sul, e Nova Aurora, porque lá o secretário da Educação era do PT e conhece profundamente e pode ser testemunha inclusive em processos criminais contra o prefeito.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Colombo, entendo perfeitamente a sua preocupação e o processo especificamente desses municípios, mas estou aproveitando este momento para chamar a atenção da Casa que pouco adianta nós estarmos com poder em cima dos pequenos, enquanto acertamos com os grandes. Enquanto os grandes se acertam, Tribunal de Contas, o governo do Estado, a prefeitura municipal de Curitiba, e de Maringá, de Londrina, os pequenos sofrem o rigor da lei. Hoje mesmo ou nesta semana, está sendo afastado o prefeito de Carambeí porque ele comprou o lote de cinco mil reais e pagou no dia 10 de dezembro com o dinheiro do Fundef e no dia 28 ele devolveu para a prefeitura, porque o dinheiro do Fundef vem para o dia 28. Coisa assim, corriqueira de município, que também não quero entrar no mérito, mas o que o Tribunal de Contas muitas vezes se omite, e quantas coisas foram compradas com ordem do TC, o Porto de Paranaguá, sem licitação pública?

Quem é o Tribunal de Contas para dizer a uma empresa de economia mista que pode fazer isso ou aquilo ou pode comprar sem licitação ou pode contratar funcionários sem concurso público porque o Tribunal dá uma carta? Isso está nos autos de qualquer documento público que V. Exa. for constatar.

Obrigado.

#### **O Sr. Nereu Moura**

V. Exa. me concede um aparte?

#### **O Sr. Duílio Genari**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Estava ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., mas tem que convir comigo que o relatório, e não estou duvidando de relatório nenhum, mas esse que foi enviado à prefeitura de Nova Aurora tem um prazo para que o prefeito esclareça as denúncias que lá constam. Até termos a defesa do prefeito municipal, não podemos agora, e V. Exa. apresentando um requerimento para que seja enviado ao Ministério da Educação, onde o prefeito está preparando as defesas declarando o fato dentro daquilo que de fato aconteceu.

Portanto, eu pediria aos deputados, porque se nós entrarmos nessa de cada deputado procurar apresentar requerimento tratando assunto de prefeituras, vamos discutir diariamente aqui.

Gostaria de dizer que deveríamos aguardar a resposta e defesa do prefeito, porque aí sim, podemos conversar juntos e se V. Exa. continuar querendo que esse seu requerimento seja discutido e votado no dia de hoje antecipadamente estou pedindo aos deputados para que votem contra.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado Colombo, primeiramente quero dizer que o Tribunal de Contas tem lá as suas mazelas, tem lá os seus equívocos, como o deputado Neivo Beraldin tem costumeiramente apontado.

Agora, ele tem prestado serviços também.

No caso de Londrina, de Maringá, quem apontou as irregularidades foi o próprio Tribunal de Contas, que nos deu subsídios para que pudéssemos conhecer a profundidade do desvio de recursos públicos daquelas prefeituras. O Tribunal de Contas aplicou uma multa ao Hitoshi Nakamura, pedindo que ele devolva aos cofres públicos do Paraná 20 milhões de reais.

Então, não dá para generalizar.

Por outro lado, é preciso dizer o seguinte: o crime pode ser grande ou pequeno, mas é crime igual. Não é porque o crime é menor ou maior que você terá que usar dois pesos e duas medidas. O fato é que a situação do município de Nova Aurora é gravíssima, e V. Exa. relata com muita propriedade.

No momento em que V. Exa. solicita que seja encaminhado ao Ministério da Educação e ao Ministério Público, não há nada de mais! Porque isso não consiste numa acusação, consiste apenas numa comunicação para que aqueles órgãos tomem as providências, investigem, façam a sua parte! Creio que não há pecado nenhum de se exigir que haja transparência, na aplicação dos recursos públicos, quer seja por Nova Aurora, Curitiba, pelo Paraná, por qualquer órgão público. Mandar ao Ministério Público, mandar ao Ministério da Educação para pedir que eles investigem se o dinheiro está sendo aplicado como deve ser aplicado, não é mais do que cumprir com nosso dever, com nossa obrigação.

Desta foram cumprimento pelo discurso que V. Exa. está formulando da tribuna e a nossa preocupação pelos desvios levantados pelo Tribunal de Contas na Prefeitura de Nova Aurora, somando 5 milhões 321 mil reais!

Obrigado pelo aparte.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

**O Sr. Marcos Isfer**

Só quero parabenizar pelo pronunciamento que V. Exa. faz, e concordo com o que diz o deputado Nereu. Realmente, para um município como Nova Aurora, um desvio como esse de 5 milhões é bastante significativo. Tem que ser apurado, o Tribunal de Contas já apurou. Acho que tem que ser mandato ao Ministério Público Federal efetivamente e não se pode mais ficar encobrindo e aguardando tratamentos burocráticos que, muitas vezes, acabam encobrindo até mesmo o crime ou protelando, enquanto o gestor vai cumprindo a sua gestão e continua cometendo os mesmo desvios.

Então acho que V. Exa. tem toda razão, o Tribunal de Contas tem feito um trabalho nessa área muito bom. Parece agora que o Ministério Público se soma também nesta área e eu acho que isto é muito importante. Se não houver o respeito sequer com o dinheiro para educação, imagine o restante!

Obrigado.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, tenho cá minhas convicções, porque conheço, como já falei e tenho testemunhas, de como era tratado o dinheiro do Fundef no município. Estou apresentando, além das minhas convicções pessoais, os documentos advindos - deputado Marcos Isfer, sobretudo daqueles setores do Tribunal de Contas como os auditores que estão fazendo investigações, como os auditores que apontaram o desvio do Fundef inclusive do próprio Governo do Estado. Estou tratando hoje do município de Nova Aurora. As convicções pessoais minhas, senhores deputados: é que o prefeito será cassado por isso. É a minha convicção pessoal.

Estou colocando, aqui, o meu mandato parlamentar para fazer as investigações. Estou apresentando documentos, não de denúncia vã, tem que ser profundamente investigado. Assim como eu gostaria que fosse investigado qualquer prefeito que eu defendesse, porque não posso furtar com a minha responsabilidade de cidadão que quer investigar a corrupção. Se não tiver, que seja esclarecido e que seja dado, efetivamente, isenção para o mandatário.

Mas tenho cá as minhas convicções, porque o professor Luiz, professor universitário, que serviu àquela prefeitura, reclamou por inúmeras vezes até abandonar o cargo, porque não teve assinatura e nenhum empenho do Fundef, não permitiu nenhuma vez em dois anos de ges-

tão, que tivesse uma reunião onde todas as contas do Fundef fossem colocadas às claras.

E além do mais, os auditores do Tribunal de Contas não apontam só desvios do Fundef. Apontam outros desvios maiores, outros desvios, que parece uma prática de fraudar dentro da prefeitura. E isto será motivo, inclusive, de uma representação criminal que nós estaremos apresentando, porque, por enquanto, o Tribunal de Contas, como bem disse o deputado Neivo Beraldin, está fazendo tratativas administrativas. Mas, nós não podemos permitir, como disse bem o deputado Marcos Isfer, que o processo burocrático faça com que o prefeito vá até o final da sua gestão e acabe com o pouquinho de recursos que tem aquela pobre gente, aqueles cidadãos de Nova Aurora, como está acontecendo agora! Eu conheço bem a realidade e tenho cá minhas convicções. E minhas convicções estão colocadas no meu empenho como parlamentar, para parar com a sangria que está acontecendo naquele município.

Muito obrigado. Já extrapolei meu horário.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Pela Ordem, concedemos a palavra ao deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, da mesma forma como o deputado Irineu Colombo, quero registrar com satisfação e alegria a presença, aqui na tribuna de honra, do vereador Eduardo Cruz, do PT de Laranjeiras do Sul e do dirigente petista daquela cidade, o Nelson Gomes; amigos nossos de longa data e que é uma grande honra tê-los aqui, hoje, assistindo a Sessão da Assembléia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Pela ordem, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, vou encaminhar à Mesa um requerimento e espero que o Plenário aprove, solicitando do Tribunal de Contas, a análise das contas da Prefeitura de Curitiba. É evidente que a Prefeitura de Curitiba, encaminha ao Tribunal de Contas e ele dá um Parecer. Este Parecer deve ser público. E nada mais justo que este Poder receba a análise e o conceito formulado pelo Tribunal de Contas, da Prefeitura de Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Com a palavra, pela ordem, o deputado Divanir Braz Palma.

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Só queria registrar, com muita alegria, as presenças das autoridades de Nossa Senhora das Graças, município querido da região Noroeste do Paraná: do presidente da Câmara, vereador Mário de Souza, do vereador José

Betio, do vereador Wilson Caetano e do vereador Nodir Mascarem.

Sejam bem-vindos, aqui, e é uma honra para nós vermos nossos colegas, Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, para registrar, também aqui na Assembléia, a presença do vereador Sérgio Onofre da Silva, do PMDB, presidente do meu partido naquele município e que tem travado batalhas muito importantes aqui no Paraná. Uma delas, por exemplo, já que o assunto é Fundef, em relação aos desvios que a administração lá da minha cidade também praticou, no Fundef. É muito importante a presença dele, porque o vereador Sérgio Onofre da Silva enfrentou a violência policial do governo Lerner quando esteve lá, quando nós presenciamos um inusitado aparato policial militar para proteger a visita do governador ao pacífico município de Arapongas.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

No Horário da Liderança do PDT, concedemos a palavra ao deputado Augustinho Zucchi, do Sudoeste.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso da tribuna para parabenizar o senador Osmar Dias, que fez um pronunciamento no senado federal, deputado Neivo Beraldin, denunciando esta “conversa mole” do Banco da Terra, aí!

Muitos agricultores, quando anunciado este Programa, tiveram a esperança de terem o seu pedaço de terra, embora esse programa não possa, salvo raras exceções, colaborar com a desconcentração da terra porque acaba passando uma pequena propriedade a outro pequeno proprietário, mas enfim, nós acompanhamos em muitos lugares onde as propriedades estão sendo vendidas, independente se para grandes ou pequenos proprietários, estão sendo vendidas.

Ocorre que, deputado Sérgio Spada, há algum tempo os agricultores foram levados a correr atrás deste programa.

Vão lá, fazem o projeto e assim que o apresentam, já passa na contabilidade do governo federal como tendo uma família assentada.

Que na verdade não tivemos ou se tivemos foram muito poucas famílias assentadas com relação ao Banco da Terra.

E o senador Osmar Dias convocou através de um requerimento aprovado no Senado, o Dr. Max Bezerra, coordenador dos recursos do Banco da Terra, principalmente porque houve um anúncio de que foram liberados R\$96,8 milhões para 14 Estados e o Paraná, segundo os dados que se tem, sofreu uma discriminação até nesse aporte de recursos, até porque não está se concretizando a questão da aquisição por parte dos agricultores que vão até a Emater, até o Banco do Brasil, que fazem todo o cadastro, enfim, que se dispõem a fazer uma negociação.

Até já acompanhei casos que houve a negociação da propriedade e que posteriormente o negócio é anulado.

Eu quero parabenizar o senador Osmar Dias porque ele, sempre atento à questão dos nossos agricultores, recebeu os dados que no Paraná nós teríamos 1400 e poucas famílias assentadas.

Olha, nós não tivemos as famílias, não conseguimos localizar essas famílias e, portanto, os pronunciamentos que se tem do governo federal, se tem lá, que através do Banco da Terra, inúmeros agricultores chegaram a ter acesso à terra; está aqui o nosso companheiro Nelson, de Laranjeiras do Sul, que sabe do que eu estou falando, porque tenho certeza que em grande parte dos municípios do Paraná, onde se teve a procura pelo Banco da Terra os agricultores sofreram uma tremenda frustração.

Então, o senhor Max Bezerra, que é o coordenador destes recursos convocados, inclusive é uma pena que o deputado Pessuti não está aqui, mas acho que o deputado Plauto é da Comissão de Agricultura da Assembléia legislativa, e nós vamos participar dessa audiência lá em Brasília para saber o que é que está acontecendo com o Banco da Terra, que até agora foi o banco da promessa e os agricultores cobram insistentemente por que é que não têm saído esses recursos para que os agricultores possam fazer uso, já que fizeram o seu projeto, o processo do Banco do Brasil e não conseguiram chegar à execução final do seu negócio.

Quero dizer da alegria que tenho de ver, como sempre, o senador Osmar Dias trabalhando, os demais senadores trabalham por seus Estados, e nós vemos aí, realmente a preocupação com relação a esse Banco da Terra que muito tem se falado e absolutamente nada tem se feito com relação ao pequeno produtor, além de todas as falhas que temos em toda política nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PFL, deputado Divanir Braz Palma

(**Declinou**)

PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinaram**).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios ao vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 113/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, visa criar cursos preparatórios ao vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º graus, da rede pública.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoio:

José Maria Ferreira, Sérgio Spada, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Hermas Fonseca e Algaci Tulio.

### ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que obriga a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 293/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a distribuir gratuitamente medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

O projeto sofreu emenda modificativa, passando o artigo 1º a autorizar o Poder Executivo a distribuir os medicamentos que indica.

O artigo 6º da Constituição Federal elenca como direito social o direito à saúde, e esse direito está severamente ameaçado quando o Estado é omissor em seus deveres, pelo que a distribuição gratuita de medicamentos não é benesse, mas um dever estatal.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação nos termos da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 701/2001

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, visa criar exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ORLANDO PESSUTI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Hermas Fonseca, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati e Caíto Quintana.

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida João Batista, de Rio Branco do Sul, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que fica o município de Marialva-PR, denominado como "Capital da Uva Fina do Paraná", e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2002, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Casa de Retorno ao Lar - CRL, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas deficientes de Maringá - APEDEM, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges - AMOA, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis, com sede e foro em Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda e foro na comarca de Ubatã-PR. COM PARE-



**CER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/02, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Bairro Lar Paraná com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI de São Sebastião da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira e foro no município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de comunicar à Casa que acabei de participar de uma reunião feita com o Ministério do Trabalho, com a Promotoria Pública que está se insurgindo contra a Epismel, que é uma entidade de Londrina, que cuida da Zona Azul da cidade, com relação ao trabalho dos menores.

Queria deixar consignado aqui nesta Casa que a reunião ainda está em andamento. Fiquei decepcionado com a indiferença do Ministério Público com relação ao trabalho desenvolvido lá em Londrina, o desconhecimento total do que é feito na cidade, do que é que a cidade tem feito durante quase 30 anos para atender a necessidade dos menores, principalmente, dos menores carentes, daqueles que são retirados das ruas e estou esperando que com a sustentação oral que fizemos lá, conseguir demover o Ministério Público do Trabalho de se insurgir contra a entidade.

Mas, deixar consignado aqui, de qualquer que seja a decisão, que esperamos seja positiva, que o Ministério Público, principalmente com relação ao trabalho do menor, ao trabalho forçado a tudo isso que lutamos no Brasil inteiro, que com relação especificamente à Epismel, que é uma entidade digna, que recupera a família, que dá cidadania para esses menores, que deveria ser do conhecimento do Ministério Público do Estado do Paraná, que está ligado à questão das leis trabalhistas, porque a ignorância demonstrada lá, foi assustadora para nós, que fazemos o papel não só de deputado, mas de advogado desta causa.

Só para deixar consignado aqui, tendo em vista o destaque que a Folha de Londrina deu e já vem dando durante todos esses dias, hoje foi matéria de primeira página e que é uma preocupação nossa, estivemos reunidos com o prefeito Nedson, com as demais autoridades,

com o presidente da Epismel e lojas maçônicas, enfim, apresentação total da cidade.

Queria, então, deixar consignado aqui, até para que a Casa tome conhecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina Rodovia Mário Ceni, a estrada que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/2002, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, meses de janeiro e fevereiro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19.06.92. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14 referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente da Comissão de  
Tomadas de Contas  
MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 55/2002**

**P A R E C E R :**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2002, regulamentados pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Analisando o relatório da aplicação supracitada para atender essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor e merecem, portanto, parecer favorável dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável aprovado.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que aprova encaminhamento de proposta de emenda constitucional ao congresso nacional, na forma do artigo 60, III, da Constituição Federal de 1988. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada a proposta de Emenda à Constituição Federal de 1998, constante do anexo I.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### ANEXO I

### PROJETO EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 60 da Constituição Federal, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O artigo 118, parágrafo 4º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18 -...

§ 4º - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual até 18 meses antes da realização das eleições municipais e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área diretamente interessada, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal a serem apresentados e publicados na forma da lei complementar estadual.

Art. 2º - Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os direitos dos municípios criados após 1996.

Brasília,

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

MESA DO SENADO FEDERAL

#### JUSTIFICATIVA:

A Emenda Constitucional nº 15/96, fere o Pacto Federativo, retirando dos estados a competência de legislar sobre o tema criação e desmembramento de municípios.

Sendo assim, estamos apresentando o presente projeto de decreto legislativo com o objetivo de fortalecer os Parlamentos Estaduais e valorizar o trabalho dos nobres deputados estaduais.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 851, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Estou encaminhando requerimento à Mesa para uma retirada por cinco Sessões, em relação ao item 17, porque é um encaminhamento de proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional. Trata-se de questão de município, do desmembramento de municípios e é um assunto que não foi discutido na Casa, quer dizer, está na Ordem do Dia hoje, assinado, apenas, por ser um decreto legislativo, pelo deputado presidente Hermas Brandão, pelo 1º secretário Valdir Rossoni, pelo deputado Antonio Anibelli, mas nós não temos conhecimento exato, não pudemos analisar esta Emenda à Constituição, razão pela qual estou encaminhando o requerimento à Mesa para retirada por cinco Sessões. Já estou fazendo por escrito, inclusive.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Estamos aguardando a chegada do requerimento, pedindo a retirada por cinco Sessões, do item 17 da presente Sessão.

Está em votação.

#### O SR. NEREU MOURA

Verificação de quórum, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vai se proceder à verificação de quórum.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 821 e 822, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 823 a 827, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 829, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 831 a 834, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 836, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o senhor 1° secretário para que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Cleiton Kielse**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

Vinte e um deputados estão presentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Não há quórum para deliberar, apenas para dar continuidade à Sessão.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente Elio Rusch, eu apresentei à Mesa um requerimento solicitando ao Tribunal de Contas que nos envie a análise feita das contas do município de Curitiba, dos anos de 2000 e 2001.

Entendo, senhor presidente, que a Assembléia tem todo o direito, como um Poder Público e como qualquer cidadão deve ter o direito de informação do conceito contábil que o Tribunal de Contas fez em relação à Prefeitura de Curitiba, porque é um órgão público e as contas são públicas.

É evidente que quem vai analisar as contas, aprovar ou rejeitar as contas da Prefeitura de Curitiba, é a Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, como é também certo que o Tribunal de Contas vai fazer um conceito contábil dando um parecer prévio a favor ou contra, não tendo competência, o Tribunal de Contas, para recusar ou aprovar as contas; ele pode aprovar um conceito.

No entanto, senhor presidente, encaminhei esse requerimento à Mesa e V. Exa. não colocou em votação esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Informo a V. Exa., deputado Neivo Beraldin, que nós estávamos votando os requerimentos e aí alguém

pediu a verificação de votação. A Sessão caiu por falta de quórum. Esse requerimento nem chegou às mãos da Presidência para deliberar sobre o mesmo. Amanhã a Presidência vai deliberar.

O SR. NEIVO BERARDIN

Devo, então, a V. Exa., um pedido de desculpas, porque eu estava dando entrevista à imprensa e pensei que esse requerimento não teria sido colocado. Então, V. Exa. receba, mais uma vez, deste modesto servo, as nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Obrigado!

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 228, 287/99, 319, 531, 539, 576, 667, 709/2001, 099, 115, 118, 127/2002 e do de Resolução n° 008/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 113/99, 293/2000, 701/2001, 136 e 137/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 006/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 617/2001 e 174/2002.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas de Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães e com a presença dos seguintes deputados: Luiz Fernandes Lítro, Fernando Ribas Carli e Luiz Carlos Martins e mais o deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 125/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 014/2002, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do

deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 015/2002, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 084/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 269/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 328/2001, de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 077/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 541/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 132/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Newton Fraga, secretário de Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
Newton Fraga - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
06ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Duílio Genari, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti e Sérgio Spada. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 167/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 099/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 116/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 04) Projeto de Lei nº 182/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 05) Projeto de Lei nº 109/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 06) Projeto de Lei nº 161/2002, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Pro-

jeto de Lei nº 112/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões à emenda de Plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 136/02 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 137/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 011/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moisés Leônidas. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 13) Projeto de Lei nº 075/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 123/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 130/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 131/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 139/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 120/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 119/2002. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Carlos Simões; 21) Projeto de Lei nº 552/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. O deputado relator Antonio Carlos Belinati REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO; 22) Projeto de Lei nº 696/2001, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Algaci Tulio; 23) Projeto de Lei nº 028/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo e Luciana Rafagnin, Projeto de Lei nº 044/2002, e autoria do deputado Divanir Braz Palma e Projeto de Lei nº 072/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, todos ambos projetos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 043/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. O deputado relator Antonio Carlos Belinati REQUER DILIGÊNCIA junto a Procuradoria Geral de Justiça - DEFERIDO; 25) Projeto de Lei nº 042/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. O deputado relator Antonio Carlos Belinati REQUER DILIGÊNCIA junto a Procuradoria Geral de Justiça - DEFERIDO; 26) Projeto de Lei nº 141/99, de

autoria do deputado Antonio Carlos Belinati e Projeto de Lei nº 233/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 056/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 325/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 278/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti à emenda de Plenário - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 632/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 32) Projeto de Lei nº 634/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Caíto Quintana e Antonio Carlos Belinati; 33) Projeto de Lei nº 610/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. O deputado relator Algaci Tulio REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - DEFERIDO; 34) Projeto de Lei nº 323/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 241/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 554/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO, com voto contrário do deputado Carlos Simões; 37) Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 008/99, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 39) Proposição-Veto nº 049/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 403/2001, 693/2001 e 023/2002. Na seqüência o senhor deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 641/2001 e 88/2002, e o senhor deputado Luiz Carlos Martins apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 435/2001 e 680/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 470/99, 113/2001, 351/2001, 477/2001, 621/2001 e 004/2000. Na seqüência o senhor deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 287/99, 080/2002, 429/2000, 101/2002 e 078/99, e o senhor deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 157/2001 e 678/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária